

Um “Palmeira de todos”: um discurso de demarcação de terras indígenas

José Washington Vieira Silva¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1840-8165>

Roberto Rivelino²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8699-5472>

Resumo

O presente artigo busca analisar o acontecimento discursivo do dia 20 de agosto de 2013, quando uma movimentação de posseiros e grileiros de terras indígenas se reúne contra a FUNAI e o processo de demarcação de terras dos povos originários. Tomando o apontamento teórico da Análise do Discurso de linha francesa filiada a Pêcheux, pretendemos lançar luz sobre as condições de produção do discurso, analisando, para esse fim, o material (panfleto) distribuído pelo grupo que se intitula “Palmeira de Todos”, assim como a matéria do site de notícias G1 Alagoas, cujas materialidades discursivas evidenciam os movimentos neoliberais que interpelam ideologicamente a terra e os sujeitos que nela habitam.

Palavras-chave: Discurso político; Ideologia; Memória; Acontecimento discursivo; Xukuru-kariri.

A “Palmeira de Todos”: a discourse on the demarcation of indigenous lands

Abstract

This article seeks to analyze the discursive event of August 20th, 2013, when a movement of squatters and land grabbers from indigenous territory gathered against FUNAI and the process of land demarcation of native Brazilian peoples. Taking a theoretical note from the French Discourse Analysis affiliated with Pêcheux, we intend to shed light on the conditions of discourse production, analyzing for that matter the material (pamphlet) distributed by the group entitled “Palmeira de Todos”, as well as the article on the G1 Alagoas news site, whose discursive materialities evidence neoliberal movements that ideologically interpellate the land and the subjects that inhabit it.

Keywords: Politic Discourse; Ideology; Memory; Discursive event; Xukuru-Kariri.

Tramitação:

Recebido em: 12/07/2023

Aprovado em: 20/08/2023

¹ Estudante de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: washingtonvs1@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-1840-8165>.

² Doutorando em Análise do Discurso no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes (Unit AL). Especialização em Literatura Brasileira e Linguística na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Alagoas. Experiência profissional em jornalismo Impresso, Rádio, TV e Webjornalismo, com ênfase em reportagem investigativa, assessoria de imprensa e chefia de redação e assessoria em Jornalismo Cultural. Atuação como professor universitário desde 2000 (UFAL, Cesmac e Unit AL), com ênfase em formação de repórter, discurso jornalístico e gestão em curso superior. E-mail: robertoamorim@fale.ufal / <https://orcid.org/0000-0001-8699-5472>



Introdução

Neste artigo, analisa-se o ato público ocorrido em 20 de agosto de 2013 em Palmeira dos Índios, agreste alagoano, que ficou conhecido como “PALMEIRA DE TODOS”. Procura-se evidenciar os sentidos que se refratam desde o título do evento, o local escolhido até os dizeres proferidos por autoridades públicas, assim como o efeito desses discursos nos povos indígenas e não indígenas da região. Historiadores e antropólogos, estudiosos dos povos indígenas na região, confirmam que essas terras foram ocupadas por indígenas que migraram para essa região devido à expansão da ocupação portuguesa na faixa litorânea e nas regiões próximas ao Rio São Francisco, no século XVIII. O povo Xukuru vindos da serra de Cimbres em Pernambuco e o povo Kariri vindo da região do baixo São Francisco.

Considera-se que essas vozes envolvidas também controlam a mídia local e, diante disso, propagam-se matérias em sites, emissoras de rádios e jornais online e impressos, o que, de acordo como Marx (2011), é um aspecto dominante da própria burguesia para limitar a contradição da propriedade e do negócio, sobre a proteção do governo “forte e irrestrito”, dedicando-se ao interesse privado. Na realidade de Palmeira dos Índios, em se tratando de terras indígenas, há confrontos históricos entre os poderosos (governantes) e o povo originário desta localidade.

Toma-se como material de análise dois textos divulgados e produzidos por aqueles que são contra a demarcação das terras no município, o que constitui os *corpora* da pesquisa em desenvolvimento: um panfleto de divulgação da movimentação e uma matéria do jornal online G1 Alagoas.

Considera-se que o político se consolida no lugar de disputas, principalmente, em torno dos princípios do direito à vida social e seus entraves. O próprio político rege esses entraves. Sugere-se, neste estudo, que o político é a materialização do simbólico nas práticas sociais que, por meio do discurso, reformula dizeres consolidados em uma memória discursiva, produzindo acontecimentos discursivos, assim como entende Zoppi-Fontana (2002) ao tratar de prática discursiva. Para a autora, o acontecimento discursivo:

[...] produz a ruptura de uma prática discursiva pela transformação dos rituais enunciativos que a definem; a interrupção de um processo de reformulação parafrástica de sentidos pela mudança das condições de produção; a emergência de um enunciado ou de uma posição de sujeito novos que reconfigurem o discurso, e, através deste, participam do processo de produção



do real histórico [...] (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 182).

Nesse sentido, evita-se nomear o ato por “manifestação”, uma vez que os sentidos da palavra mobilizam a memória discursiva, um trabalho ideológico, que visa influenciar os povos da região contra a demarcação dos territórios indígenas e em defesa dos latifundiários (posseiros). De acordo com Petri (2012), manifestar é o ato público que reúne pessoas em prol de um objetivo ou interesse comum. Em um país considerado democrático, as pessoas expressam suas ideias e lutam pelos seus direitos. Isso é *manifestação*, e tem o poder de interferir nas relações de poder entre governantes e governados.

Dizer que o movimento anti-demarcação de território indígena seria uma manifestação, portanto, desconfiguraria o evento contra a demarcação de terras, uma vez que esse era liderado pelos que governam o município. Petri (2012) frisa que “manifestação” é uma palavra que está na língua, logo, em movimento, e seu sentido sempre pode ser outro; aqui, considera-se como movimento um processo de dominação dos povos indígenas no intuito de represar tanto as instituições que defendem os direitos do povo Xukuru-Kariri como disseminar informações que encobrem os verdadeiros motivos da demarcação.

Condições de produção e circulação do dizer “PALMEIRA de todos”

Para o desenvolvimento da análise a seguir, partiu-se do entendimento de que as condições de produção do discurso do movimento “PALMEIRA de todos” se dão em “circunstâncias” de um processo de produção em que se articula um conjunto de mecanismos formais que produzem um dado dizer em condições de produção dadas.

Courtine (2014) expõe que as condições de produção do discurso é uma noção teórica que regula, na Análise do Discurso, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção. O autor explicita que as condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em sentido estrito (as circunstâncias do discurso) e em sentido amplo (os contextos socio-histórico-ideológico). Para entender as condições de produção e reprodução do discurso, é necessário compreender alguns conceitos fundamentais ao processo de análise do discurso.

Segundo Pêcheux (2014), o sujeito é constituído pelo esquecimento, e a Ideologia interpela o indivíduo em sujeito do seu discurso. Essa interpelação do sujeito produz uma



identificação com elementos relacionados diretamente com a formação ideológica e a formação discursiva que o domina.

A formação discursiva está localizada em uma formação ideológica dada, que fornece “os ‘objetos’ ideológicos [que] são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (PECHEUX, 2014, p. 146).

Compreende-se a partir de Pêcheux (2014) que o sujeito se constitui a partir das relações de sentido com o discurso que realiza e o modo que ele representa e determina a dominação da forma-sujeito. Soma-se a isso a memória, que também contribui para as condições de produção. Pêcheux (1999) afirma que a memória deve ser entendida não em seu sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída.

O processo de repetição de discursos que visam ocupar espaços da memória foi nomeado por Achard (1999) de “regularização”. Conforme afirma Pêcheux (1999), a memória tem como tendência absorver o acontecimento, ou seja, colocá-lo dentro da regularidade já existente, torná-lo previsível e adequado. Orlandi (2020) compreende que, além do sujeito e da situação, há o papel da memória que possibilita a retomada dos saberes no discurso, permitindo que o dito e o não dito operem simultaneamente nos processos discursivos em dadas condições de produção.

Diante desse dispositivo teórico (e ancorado nele), interpretam-se os sentidos do discurso que se estabeleceram na manhã do dia 20 de agosto de 2013, responsáveis por estabelecer relações de forças no interior do discurso. Prefeito, vereadores e demais autoridades, na época, todos com interesses na não demarcação das terras, promovem uma movimentação no centro da cidade de Palmeira dos Índios. Escolheram um ponto turístico bastante conhecido da cidade para se reunirem, a Casa Museu Graciliano Ramos, local onde morou o antigo prefeito Graciliano Ramos, conhecido pela pouca afeição com o povo Xukuru-kariri, evidenciado no discurso encontrado na obra “Caetés”, lançada em 1933.

Os posseiro e grileiros de terras, dita elite do município, com o intuito de intimidar a população indígena e a Funai, órgão responsável pela demarcação das terras no município,

geram uma movimentação que se estabelece com material audiovisual que colocam em ênfase o processo de retomada de território indígena.

SD1 “Há mais de 20 anos, uma disputa de terras tem tirado o sossego de uma cidade de cerca de 70 mil habitantes localizada no Agreste alagoano. De um lado, indígenas que vivem no local há centenas de anos. Do outro, produtores rurais que possuem escritura e documentação de terras adquiridas por herança de família ou compradas comprovadamente por documento legítimo”

Pode-se perceber, na SD1, retirada do jornal online G1 Alagoas, que a jornalista Carolina Sanches ignora o fato de as terras, que hoje são Palmeira dos Índios, foram originalmente um território indígena e que o povo Xukuru-Kariri foi obrigado a se retirar dali pelos não indígenas. A jornalista mobiliza parte da memória ao explicitar o fato de que tais terras já haviam sido documentadas e teriam donos legítimos – um discurso inscrito no espectro do colonizador, já que a referida área está desde 1770 sob os cuidados da Igreja Católica. No entanto, observa-se que há um apagamento da memória histórico-discursiva um outro fato, anterior à colonização: o de que os verdadeiros donos desta terra, porque originalmente ali situados, vêm perdendo espaço de existência e de subsistência.

E é por meio do discurso transversal que opera ao lado do pré-construído, com o discurso já-aí da interpelação ideológica, funciona de acordo com Pêcheux (2014), da articulação que constitui o sujeito em sua relação com o sentido. Assim, a jornalista produz o interdiscurso como sustentação do enunciado de ‘disputas de terra’; é por meio desse discurso que ela tenta substituir os grandes proprietários de terras, donos de grandes latifúndios e em sua maioria políticos oriundos de famílias poderosas do município, por pequenos produtores rurais.

A jornalista sugere a ilegalidade da presença dos indígenas nas terras, outro discurso comum dos posseiros, que é o de considerar as áreas latifundiárias como ‘herança de família ou compradas comprovadamente por documentos legítimos’. O que chama a atenção é a transversalidade do discurso da jornalista que tenta reconstruir um percurso de sentidos, ignorando o fato das terras já terem documento, além de colocar como ilícito a presença do indígena e/ou o processo de demarcação de terras.

Nas disputas pela terra, a luta nas palavras

Historicamente, as terras que correspondem ao município de Palmeira dos Índios são motivos de disputas entre os povos originários e não indígenas que se apropriaram de terras

ainda quando era uma comunidade pequena, intensificada pela presença da Igreja Católica e o processo de catequização. De acordo como Althusser (1980, p. 47), “as Igrejas educam por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas, a Família [...]”. Consequentemente, a Igreja funciona como Aparelho Ideológico do Estado, limitando a cultura ao que ela roga como tal, premindo principalmente o povo indígena, fator que condiciona a ocupação das terras por outros povos.

A disputa dos espaços físicos e habitáveis do município, em que, de um lado, observa-se o meio para existência de um povo e, de outro, a força do capital, representa uma das análises empreendidas por Marx (2012) acerca da sociedade capitalista. Ele considera o interesse nas terras como um dos objetivos à construção de monopólio dos proprietários fundiários, sendo o monopólio da propriedade fundiária como base do monopólio do capital.

[...] o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas [...]. A propriedade fundiária supõe o monopólio de porções do globo terrestre como esferas primitivas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades, isto é a valorização desse monopólio na base da produção capitalista (MARX, 2008, p. 823-826).

Santos (2020) salienta que, por conta dessas disputas territoriais, os anos de 1970 foram marcados por grandes conflitos e lutas pela posse de terras, acarretando a expulsão dos nativos do espaço que corresponde ao município de Palmeira dos Índios e, por conta dessa grande guerra travada, houve a morte de muitos indígenas pelos posseiros.

A garantia da demarcação de terras dos povos indígenas surge com a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 231, o que, paradoxalmente, agrava as lutas e discussões sobre o pertencimento delas. Diante disso, diversos são os processos de retomadas das terras pelo povo Xukuru-Kariri no decorrer da história, movimento que acaba por salvar o último fragmento de Mata Atlântica presente no estado de Alagoas. As conquistas dos indígenas, seja pela retomada destas áreas ou por acordos jurídicos com o apoio da FUNAI, seja por luta e tomada violenta dos espaços habitáveis, são a garantia da presença do povo indígena nas terras do município. Isto é o que chama a atenção na exposição da sequência discursiva 2:



SD2: “*Em Palmeira dos Índios, a convivência entre os índios da tribo Xukuru-Kariri e outros moradores sempre foi considerada pacífica, mas o processo de demarcação de terras trouxe conflitos e levantou discussões acaloradas a respeito do tema.*”

Na SD2, o trecho “a convivência entre os índios da tribo Xukuru-Kariri e outros moradores sempre foi considerada pacífica” produz um efeito ilusório de que o desacordo entre os povos data de história recente, provocado por um objeto de interesse comum à terra. Observa-se como o inconsciente e a ideologia se manifestam no discurso como “estruturas-funcionamentos” que, de acordo com Pêcheux (2014), operam dissimulando a própria existência; assim, o sujeito cria mecanismos de defesa contra um outro sistema, mesmo que sem sucesso, negando e oprimindo as constatações possíveis. Logo, o sujeito jornalista, sendo atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, produz, com essa notícia, um efeito de deslocamento da memória e dos acontecimentos discursivos³ da segunda metade do século XX, em que os indígenas são expulsos das planícies férteis, sendo obrigados a se deslocarem para a zona rural do município.

A teoria do discurso propõe um deslocamento das noções de linguagem e sujeito que se dá a partir de um trabalho com a ideologia. À vista disso, passa-se a entender a linguagem enquanto produção social, considerando-se a exterioridade como constitutiva. Nesse sentido, podendo fazer/realizar uma ruptura, um deslocamento, em relação ao dizível.

Ao considerar o sujeito dentro da ordem social em que ele vive, é necessário reconhecer que ele não tem o domínio de sua fala. Entretanto, o sujeito tem a ilusão de que é fonte do sentido do que diz quando, na verdade, retoma sentidos pré-existentes. Assim, percebe-se que Formação Discursiva (FD) que autoriza o dizer da jornalista pode ser entendida por uma FD liberal, movida pelo que diz, como no exemplo do uso da palavra “pacífica” anteposta pelo advérbio “sempre”, o que deixa evidente que o motivo da retirada da paz em Palmeira dos Índios é o fato de que o povo Xukuru-Kariri precisar ter o território demarcado. Coloca-se ênfase, assim, a posse das terras e qual “paz” que se busca preservar.

³ Diante do exposto por Orlandi (2017), a teoria propõe um deslocamento das concepções de linguagem e sujeito que se dá a partir de um trabalho com a ideologia. Dessa forma, entende-se a linguagem enquanto produção social e considera-se que a exterioridade é constitutiva. O sujeito, por sua vez, assim como explanado pela autora, deixa de ser centro e origem do seu dizer para ser compreendido e entendido como uma construção polifônica, lugar de significação historicamente constituído.



Orlandi (2017, p. 19) afirma que “o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo (isto é, em relação transparente com a literalidade) mas ao contrário é determinado pela posição ideológica”. Diante disso, pode-se interpretar que a responsável pela matéria é ideologicamente afetada pelo capital, o que, de acordo com Pêcheux (2015, p. 52), é reflexo da “ideologia dominante e do empirismo prático, considerados como ponto cego, lugar de pura reprodução do sentido”.

Isso, ainda conforme Pêcheux, desloca a memória e produz um apagamento do longo processo em que os sentidos se constituem na interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia: a) esquecimento nº 1 - a afirmação do sujeito origem do dizer; e b) esquecimento nº 2 - a tomada do sentido como se ele fosse dado em sua literalidade. Tais esquecimentos são verificáveis no processo histórico da própria cidade de Palmeira dos Índios, fundada em território tradicionalmente indígena, mas cujo discurso institucional e oficial apaga da história (e da memória) a expulsão desse povo, na segunda metade do século XX. O discurso da jornalista é, destarte, influenciado pelo poder político que influencia sua formação social.

Segundo Peixoto (2013), o processo de retomada material e memorial indígena gera um movimento na população palmeirense: os que defendiam os posseiros taxavam os indígenas de aproveitadores, vagabundos, ladrões e vários outros adjetivos pejorativos; os poucos que defendiam os indígenas o faziam sem muito alarde, por temer represálias.

O efeito do poder que sempre foi exercido pelos posseiros do município, inclusive, é por meio do discurso que gera uma desidentificação entre os indígenas, da mesma forma que produz uma identificação entre os outros povos. Assim, o discurso dos poderosos do município assujeita o Outro a assumir(-se) ideologicamente e a reproduzir discursos pejorativos contra o povo Xukuru-Kariri.

Entende-se a partir de Pêcheux (2014), que toda formação discursiva dissimula pela transparência do sentido. Dessa forma, o posseiro de terra se constitui em uma formação discursiva dependente de um ‘todo complexo como dominante’ no complexo das formações ideológicas que representam a posição de posseiro.

Logo, podemos perceber que os discursos contra a demarcação do território indígenas são engodos que visam ideologicamente produzir uma dominação sobre o povo, principalmente, o pobre da região, para que seja influenciado pela formação discursiva do posseiro de terras/latifundiário a defender e replicar discursos contra o indígena Xukuru-Kariri.



De acordo com Borges (2009), essa prática discursiva está diretamente relacionada com a formação ideológica, na qual os sujeitos já estão inscritos numa formação discursiva, que foi construída historicamente. Nessa perspectiva, o preconceito é uma discursividade que se impõe sem sustentação em condições concretas/reais e é fortemente mantida por relações imaginárias atravessadas por uma não permissão do dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar.

É importante frisar que é por meio desse discurso que os indígenas têm o território limitado para o surgimento de fazendas. O discurso do posseiro é representado em diversas vertentes, no jornal, no rádio, no jurídico, no carro de som, na rua etc., movidos pelo poder do capital.

Santos (2019) afirma que, entre 2012 e 2017, notícias publicadas em vários sites e jornais locais deram conta do conflito envolvendo terras indígenas no município de Palmeira dos Índios. Entre essas notícias, o site do Ministério Público Federal de Alagoas (MPF/AL) destacou discussões sobre a efetivação definitiva do processo de demarcação da terra Xukuru-Kariri.

Mobilizando-se a historicidade e a materialidade produzida pelos confrontos em Palmeira dos Índios, por forças antagônicas entre indígenas e não indígenas, passamos a compreender, de acordo com Marx (2008), que a história é o tempo e espaço em que se desdobram as forças produtivas e as relações de produção em que a luta de classes se constitui.

O movimento neoliberal na demarcação das terras de Palmeira dos Índios

Entende-se que o conhecimento e o poder da palavra, assim como o poder aquisitivo, favorecem a manipulação do dizer e o controle das massas. Segundo Rancière (1996) explicita, a destinação política do homem se atesta em suma por um indício: a posse do *logos*, ou seja, o monopólio da palavra que manifesta, enquanto a voz apenas indica o que a palavra manifesta.

Ainda segundo o autor, o uso da palavra torna perceptível o poder sobre uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, por conseguinte, o justo e o injusto. Dessa forma, o funcionamento do discurso dos posseiros de terras indígenas, em Palmeira dos Índios, afeta o povo Xukuru-Kariri, as condições de subsistência, assim como as relações sociais, culturais e territoriais desta região. Esse fato surge como uma relação de poder que coíbe a presença indígena no município.



SD3: “A demarcação atinge desde imóveis com área abaixo de um hectare até latifúndios com 200 hectares. A maior parte das pessoas possui de 10 a 20 hectares. Os produtores que possuem terras em áreas delimitadas no relatório disseram que estão preocupados com o processo de retomada.”

Pode-se identificar que, na SD3, a jornalista busca delimitar os sentidos e a importância para a demarcação de terras indígenas, usando os pequenos produtores como escudo para proteger os grandes latifúndios e seus donos. Entende-se que além de controlarem as mídias locais os posseiros de terras indígenas arcarem com as despesas da matéria jornalística contra a demarcação de terra, deslocam os sentidos e o pertencimento da terra aos indígenas.

A incompletude da informação exposta pela jornalista pode ser compreendida como o trabalho do silêncio, sendo vista como uma propriedade do sujeito e do sentido. De acordo com Orlandi (2007), o sujeito tende a ser completo e essa demanda de completude é o silêncio que significa e trabalha nas relações com as diversas formações discursivas fazendo funcionar a contradição. Orlandi (2004) afirma que essa contradição se inscreve na história, promovendo diferença.

Contudo, o sujeito-jornalista mobiliza saberes por intermédio da identificação, filiada e representada por determinada formação ideológica, processo que relaciona o interdiscurso que situa o sujeito em uma determinada formação discursiva. Assim, pode-se notar que a posição sujeito-jornalista é movida pela infraestrutura econômica, a qual defende ideologicamente o capital e que não demonstra ter a intenção de defender o indígena Xukuru-Kariri e o traço de terra necessário para sua sobrevivência. Essa análise se coaduna com a afirmação de Pêcheux (2014), a de que a língua é base material do processo ideológico, em que se parte da condição do objeto abstrato para, assim, constituir-se como objeto material, um teatro da consciência no qual a jornalista vê, pensa, fala do/sobre o indígena defendendo a sua posição já ideologicamente conformada.

Nesse viés, Meszáros (2015) afirma que os movimentos do liberalismo nunca poderiam defender uma sociedade equitativa, e, em se tratando dos indígenas e da demarcação das território, em Palmeira dos Índios, iria de encontro com a imposta dominação dos indígenas pelos posseiros e grileiros de terras, no intuito de obter a manutenção da política do capital. Rancière afirma que:

A política começa justamente onde se para de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do comum, harmonizar segundo a proporção geométrica as parcelas de comunidade e os títulos para se obter essas parcelas,



as axiais que dão direito à comunidade. Para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam. (RANCIÈRE, 1996, p. 21).

Posto isso, a política funciona em seu interesse próprio, tentando limitar as perdas e, ao tratar das referidas terras, os políticos envolvidos não defendem uma “PALMEIRA DE TODOS”; buscam, antes, interpelar ideologicamente os sujeitos em posições inferiores no propósito de massificar o interesse particular e não o público.

SD4: “[...] *motivadas pelo impasse causado em função da possibilidade de demarcação de terras ‘supostamente’ indígenas no município de Palmeira dos Índios, várias entidades de classe estão mobilizadas para a realização de um grande ato público, denominado Palmeira de Todos*”.

A SD4 mobiliza a memória discursiva, considerando que “algo fala antes em outro lugar independentemente”; assim, a memória absorve o acontecimento de 20 de agosto de 2013, ou seja, coloca-o dentro da regularidade já existente, torna-o previsível e adequado. Porém, o acontecimento, quando consegue atravessar a memória, desloca e desregula os implícitos associados à série de enunciados que tenta lhe adequar. Conforme Pêcheux (1999) salienta, isto evidencia:

um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo. (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Dessa maneira, o já dito sobre o acontecimento discursivo, que coloca em evidência a posse das terras que compõem o município de Palmeira dos Índios, representa um conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que, por seu turno, são interpretáveis e entendidas como interdiscurso. Acabam por deslocar os acontecimentos que envolvem os indígenas e a posse das terras que representam Palmeira dos Índios ao esquecimento.

Entende-se, a partir de Pêcheux (1999), que o surgimento do acontecimento discursivo se dá com o choque da atualidade com a memória que não produz repetição, mas, sim, ressignificação dos sentidos e dos acontecimentos históricos e discursivos:

os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2020, p. 34).

Mariani (1998) explicita que a memória social só é possível pelo modo particular de repetições que lineariza a narrativa e sentido, objetivando a manutenção desses sentidos na memória histórica oficial. Acerca disso, Pêcheux (1999) esclarece que a memória deve ser entendida como estando situada no entrelaçamento de sentidos da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória do historiador.

Nesse sentido, a posição sujeito-jornalista, ao usar a palavra “*supostamente*” para tratar as terras de Palmeira dos Índios, apaga a história, silencia o indígena e move à memória o fato de a cidade ser edificada em um assentamento indígena; apaga, enfim, todo o processo histórico e os documentos que provam a posse da terra. O advérbio “*supostamente*” indica uma hipótese que produz dúvida no leitor de que as terras não seriam, de fato, território indígenas. Com isso, defende o interesse do capital dos patrões políticos e se identifica ideologicamente pelo seu discurso.

Enaltece-se, ademais, o ato político-ideológico do movimento como “*grande*”, embora a presença das autoridades do município, em boa parte, constituía-se de posseiros ou grileiros de terras indígenas, salvo alguns pequenos produtores que participaram do referido grupo.

De acordo com Meszáros (2015), o Estado constitui uma materialidade que está profundamente enraizada na base sociometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas, sendo inseparáveis da materialidade substantiva tanto do capital quanto do trabalho. Quando se pensa na demarcação de terra e no acontecimento discursivo de 20 de agosto de 2013, corrobora-se com o exposto por Meszáros na citação anterior, a presença do Estado é a força antagônica que tenta, a todo custo, defender a posição do capital (posseiros de terras indígenas), isto é, nunca se pensou em uma “PALMEIRA DE TODOS”, como o efeito de sentido faz sugerir.

Propaganda: o semear dos sentidos sobre a terra indígena



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional.

Relem, Manaus (AM), v. 15, n. 25, jul./dez. 2022.

O Estado capitalista especializou-se no controle por meio da língua, na arte de agir a distância no intuito de controle das massas. Com a propaganda, busca-se anestesiá-las resistências, absorver as revoltas e abortar as revoluções, trabalhos que circulam em volta do assujeitamento. Orlandi (2017) frisa a importância da língua de vento que sustenta o performativo que busca produzir os enunciados da revolução ambígua e flutuante em função do mecanismo da propaganda.

Segundo Pêcheux e Gadet (2004), a “língua de vento” permite à classe no poder exercer sua mestria, sem mestre aparente. Ela não serve tampouco a seu mestre. Os autores afirmam que essa é uma forma de dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política.

Consoante Pêcheux (2015), a natureza humana é movida por interesses que segundo o autor se dividem em duas categorias: a primeira, de cunho alimentar, econômico e lógico, é sustentada pela propaganda do raciocínio argumentado que se funda na educação pela observação e reflexão; a segunda, de cunho mais sentimental, afetiva, agressiva e combativa, firma-se pela propaganda militar, apoiada em uma prática estético-religiosa de gestos e signos.

De fato, a natureza dos posseiros de terras, em Palmeira dos Índios, segue o sugerido por Pêcheux: firma-se, de um lado, em um viés lógico e econômico, pois visa a lucratividade e o controle de maior área, e, de outro lado, de forma agressiva, historicamente marcado por mortes de indígenas e não indígenas, a resistência indígena é energicamente combativa, defendendo as terras que foram tomadas de seus antepassados, corroboram o controle do capital.

O modo de produção capitalista é o responsável pelo planejamento da propaganda e essa formulação, por sua vez, produz um deslocamento em relação ao imaginário social, mobilizando a memória discursiva, colocando em funcionamento o assujeitamento ideológico que controla as massas. É assim que se estabelece o movimento “PALMEIRA DE TODOS”, que reúne forças entre os poderes públicos, políticos e de cunho monetário; com seu poderio, aproxima-se a população não indígena desta suposta “causa”, usando como disfarce os pequenos agricultores dentro das áreas a serem demarcadas. O uso do capital midiático se concretiza na propaganda contra a FUNAI e contra o povo Xukuru-Kariri em panfletos e jornais impressos e digitais, em emissoras de rádio e por meios de carros de som.

Contudo, vale frisar que é nesse espaço de disputa de poder e território que se semeiam discursos historicamente, que vêm sendo retomados pelos mesmos grupos políticos e famílias



tradicionais do município. Nesse movimento, o povo indígena da região, por ser o único a subsistir, exclusivamente, do território que ocupa é obrigado a lidar com o imaginário social que outros povos produzem, influenciados pela produção capitalista, o que gera uma imagem enganosa do indígena, fazendo com que sejam vistos como “indignos” de habitar aquele território. Esse discurso, é um recurso utilizado pelos posseiros de terra e será analisado na SD a seguir.

SD5: “MOVIMENTO PALMEIRA DE TODOS”



Essa sequência discursiva está presente no panfleto e visa mobilizar ideologicamente o apoio da população. O enunciado é uma asserção, cuja validade o locutor assume que seja verdadeira. Nesse espaço, mobiliza-se o que Orlandi (2017) chama de “Língua de Estado”, uma vez que o discurso presente no panfleto reflete um “pensamento” particular, embora defendido pelo Estado.

Diante disso, pode-se fazer conjecturas sobre esse “TODOS” do enunciado: de todos quem? São todos de uma classe social? Todos em igualdade? O que se pode entender com esse “Palmeira de todos”? Esse “todos” tem sentido ambíguo, coloca o povo de Palmeira dos Índios como detentor das terras. Quando se trata das terras, na defesa dos latifúndios privados dos posseiros e grileiros de terras indígenas, busca-se assujeitar o indivíduo a favor da causa, assim segregando o povo indígena.

Consequentemente, mobiliza-se a memória discursiva, o esquecimento e o apagamento do indígena, principalmente das terras que é o objeto de interesse. O efeito metafórico situa a questão de funcionamento do discurso sobre as terras na relação com a língua, possibilitando o que Pêcheux (2014) chama de efeito semântico, produzindo um deslizamento de sentido. Ainda de acordo com o autor, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro” (PÊCHEUX, 2015, p. 53). Assim,

pode-se entender que é intuito do panfleto levar o discurso de defesa das terras, principalmente, as propriedades latifundiárias dos políticos do município.

Convém ressaltar que o discurso presente no panfleto do movimento “PALMEIRA DE TODOS” é representativo do movimento, captura o poder público do município alagoano, e por meio dele defende o interesse privado de posseiros de terras, que em muitos casos se confundem por ocuparem cargos públicos em diversas instâncias. Segundo Pêcheux (2014), o discurso funciona no espaço de “reformulação-paráfrase” que se constitui a ‘intersubjetividade do falante’, uma ilusão necessária pela qual cada um sabe o que o outro vai dizer ou pensar previamente, dessa forma, a memória discursiva do século XIX, sobre as terras e o indígena local, é atualizada pelo discurso de 20 de agosto de 2013.

Efeito de fim

Passamos a chamar essa parte do trabalho de efeito de fim, visto que as discussões sobre as terras e os conflitos e esbulhos territoriais entre indígenas e não indígenas estão longe de chegar a um fim concreto ou ter considerações finais, considerando que a maior parte desse território que deve ser demarcado está em posses de famílias poderosas do município.

Fica claro quais são os diversos elementos que ideologicamente interpelam não só o indígena, mas também o não indígena sem poder aquisitivo, nem poderes políticos, no intuito de que sejam “massas de manobra” da expulsão dos indígenas de suas terras. Posteriormente, tais terras vieram a ser de algumas famílias as quais, atualmente, manipulam mídias e poderes políticos. Aqui, aponta-se o discurso massivo e hegemônico que não domina só o traço de terra roubado, mas que legisla a próprio favor.

Portanto, evidencia-se o movimento neoliberal por meio dos discursos políticos dispostos. Neste artigo, buscou-se elucidar que estes discursos, representados também na mídia, possuem marcações que influenciaram o contexto sócio-histórico, prejudicando, ademais, outras condições de produção discursiva. No processo histórico da formação da cidade de Palmeira dos Índios, o discurso político, principalmente esse, é marcado de interesses de um grupo hegemônico, explícito no caso dos indígenas que foram apagados/silenciados da história e de suas próprias terras, tomadas pela elite econômica por serem regiões produtivas.

Logo, sabe-se que este processo está distante de um fim, visto que são numerosas as materialidades discursivas que, em Palmeira dos Índios, operam para anestesiar as resistências,



embora ainda afetem os indígenas, seu ambiente, sua existência. Na atualidade, esses discursos neoliberais visam promover o desmonte de instituições que protegem e garantem os direitos dos povos indígenas, não apenas em Palmeira dos Índios, mas em todo o Brasil.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. Identificação/subjetivação do índio xavante na cidade de barra do garças/mt - alteridade irreduzível? **Anais**, Abralín, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político o discurso comunista endereçado aos Cristãos**. São Carlos, EdUFSCar, 2014.

G1AL. por Carolina Sanches. Demarcação de terras indígenas gera tensão em Palmeira dos Índios, AL. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/demarcacao-de-terras-indigenas-gera-tensao-em-palmeira-dos-indios-al.html>> Acesso em: 20 nov. 202.

GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais**. (1992-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K; ENGLÉS, F. **Manifesto do partido comunista**. Ed. 1ª, Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**; tradução Maria Izabel Lagoa. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8a. ed. Campinas: Pontes. 2020.

ORLANDI, Eni P. Uma história do conhecimento, uma história da língua (Prefácio). In: _____. **Língua e produção do conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 9-17.



ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Cidades dos Sentidos**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 p.61-162.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 7º. ed. Campinas, SP, Pontes Editora, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux textos selecionados**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP. Ed 4ª. Pontes Editores, 2015.

PETRI, Verli Fátima da Silveira. Manifestação. In.: NUNES, J. H. **A Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Campinas: RG, 2012. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=60> acesso em 24 de nov. de 2021.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. João Pessoa, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento - política e filosofia**; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo: Ed. 34, 1996.

SANTOS, Maria Aparecida Oliveira dos. **No som do maracá e no despertar da história: o Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios-AL, Garanhuns, 2020**.

SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xukuru-Kariri e as elites: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios – AL (1979-2015)**. 2019.129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. **Leitura**, Maceió, n. 30, p.175-205, jul.-dez. 2002.

